



Universidade de Brasília

**Universidade de Brasília – UnB**

**Instituto de Psicologia – IP**

**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED**

**Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS**



**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INTERAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO**

**LUCIENE RODRIGUES PAIS DE SOUSA**

**ORIENTADORA: RAQUEL GOMES PINTO**

**BRASÍLIA/2011**



Universidade de Brasília

**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Psicologia – IP**  
**Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED**  
**Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PC**



**LUCIENE RODRIGUES PAIS DE SOUSA**

## **INTERAÇÃO FAMILIA –ESCOLA NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Santa Maria DF.  
Orientadora: Raquel Gomes Pinto

BRASÍLIA/2011

**TERMO DE APROVAÇÃO**

LUCIENE RODRIGUES PAIS DE SOUSA

**INTERAÇÃO FAMILIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30 / 04 /2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

RAQUEL GOMES PINTO (Orientador)

---

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

---

LUCIENE RODRIGUES PAIS DE SOUSA

BRASÍLIA/2011

## **DEDICATÓRIA**

A todas as pessoas que lutam pela igualdade de oportunidades.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por mais uma conquista;

Aos meus filhos Thyago, Thaynara e João Pedro minha fortaleza;

Ao meu marido Mauro, meu porto seguro, pelo apoio;

A minha amiga Fabiana Mendes pelo incentivo.

A minha querida orientadora Raquel Gomes Pinto pelo insubstituível auxílio na conclusão desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo ressaltar a importância da interação família escola no processo de inclusão do deficiente auditivo de uma escola pública de Ceilândia Distrito Federal, a partir do estudo de caso. O estudo contou com a participação de quatro sujeitos: um integrante da família do aluno, o aluno, o professor e o pesquisador. A investigação utilizou do método qualitativo com abordagem interpretativa referenciada na perspectiva sócio-cultural em um estudo de caso com vistas a reunir o número maior de informações possíveis. Os resultados apontam que a escola deve orientar a família quanto à metodologia adotada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para o aluno com deficiência auditiva e os benefícios dos atendimentos especializados para aluno e a família. A inclusão do aluno foi possível através da interação da família na escola, pois a família é presente em todos os segmentos da vida escolar do aluno, estando à disposição da escola sempre que necessário e com o olhar inclusivo da professora que mediante o desafio acolheu o aluno e a família colocando-se a disposição para o desafio da inclusão.

**Palavras – chave:** inclusão, escola, família, deficiente auditivo

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	06
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	08
<b>I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	10
1.1 Um breve relato histórico dos deficientes auditivos .....	10
1.2 Conhecendo a surdez .....	14
1.2.1 Os implantes cocleares .....	17
1.2.2 Grau de perda auditiva .....	17
1.3 Abordagem metodológica na educação de surdos .....	18
1.3.1 O Oralismo .....	19
1.3.2 A Comunicação Total .....	20
1.3.3 O Bilingüismo .....	20
1.4 A relação família e Escola .....	21
<b>II – OBJETIVOS</b> .....	24
<b>III – METODOLOGIA</b> .....	25
3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia .....	25
3.2 Contexto da pesquisa .....	26
3.3 Participantes .....	26
3.4 Materiais .....	27
3.5 Instrumentos de Construção de Dados .....	27
3.6 Procedimentos de Construção de dados .....	28
3.7 Procedimentos de Análise de Dados .....	29
<b>IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	31
<b>V – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40
<b>ANEXOS</b> .....	42
I - Carta de Apresentação – Escola (Modelo) .....	42
II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo) .....	44
III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo) .....	45
IV - Entrevista com os Pais .....	46
V - Entrevista com o professor .....	49
VI -Registro de observação .....	50

## APRESENTAÇÃO

O tema proposto vem apresentar uma reflexão em relação à interação família-escola no processo de inclusão escolar e na construção do conhecimento da criança deficiente auditiva.

É na família que a criança constrói sua identidade e autoconfiança adquirida ao longo do nascimento até a idade escolar. E o aproveitamento escolar dessa criança vai está pendente do relacionamento familiar. Para comunicar com a criança é fundamental o apoio daqueles que convivem no seu cotidiano, pois são eles que vão orientar o educador a interagir com a criança e usar a linguagem apropriada naquele momento primordial. Nos laços familiares o aluno adquiriu alguns gestos que podem facilitar à hora de ir ao banheiro ou pedir água por exemplo. Principalmente a criança oriunda do lar que não teve acesso ao ensino especial e faz acompanhamento em Instituição que incentiva a oralidade do mesmo.

No entanto um dos grandes desafios da escola atualmente é saber lidar com as crianças que possuem deficiências ou dificuldades educativas especiais. O despreparo da escola em receber o deficiente auditivo pode desencadear no aluno mais problemas como a desmotivação, auto-conceito negativo, desinteresse, outros mecanismos de defesa ou agressão, comportamentos que utiliza para demonstrar ou justificar a incompetência diante da aprendizagem ou da inclusão.

A família também passa por momentos difíceis ao ter que escolher a melhor escola para matricular seus filhos tendo que optar por uma modalidade de ensino. Nas escolas regulares as dificuldades com a comunicação do aluno surdo tornam o processo de aprendizagem mais moroso e complexo principalmente porque as políticas públicas e nacionais dão ênfase à inclusão de crianças surdas no ensino bilíngüe.

Observa-se que para atender crianças com deficiência auditiva ou qualquer deficiência a escola deve estar preparada com equipes especializadas e promover ações que favoreçam suporte ao docente, ao aluno e a família. Para que juntos possam traçar metas para favorecer o conhecimento. Neste contexto qual a importância da interação família-escola no processo de inclusão do deficiente auditivo?

Atualmente ha a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que completa a família por estarem juntas no processo de desenvolvimento humano oferecendo momentos agradáveis para boa convivência e

aprendizagem dos filhos. Uma instituição depende da outra na busca de alcançar o maior objetivo para o futuro do educando e para toda sociedade.

A motivação em pesquisar sobre a interação família-escola na inclusão do deficiente auditivo surgiu mediante a matrícula de uma criança DA educação infantil, bem como conhecer a cultura, a linguagem e investigar no cotidiano o processo de inclusão tanto da criança quanto da família. Atuando no Serviço de Orientação Educacional no qual o papel do orientador corresponde ao elo entre os alunos e a escola, favorecendo o processo de integração Escola-Família-Comunidade, numa perspectiva voltada para as dificuldades pedagógicas, emocionais, sociais e cognitivas dos alunos. Fazendo um trabalho integrado com a Direção, Coordenação Pedagógica, com o corpo Docente e a família. Atualmente tenho dois anos e seis meses de Secretaria de Educação e mediante a ocasião aceitei o desafio.

Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo ressaltar a importância da interação família-escola no processo de inclusão do deficiente auditivo.

O presente estudo será realizado através de pesquisa qualitativa, bibliográfica e estudo de caso, colocando o pesquisador em contato direto com o argumento da pesquisa. Tendo como finalidade coleta de dados com a família e professores.

O referencial teórico será desenvolvido da seguinte forma: no primeiro capítulo o estudo aborda um breve histórico sobre o processo de inclusão do surdo ressaltando aspectos legais. No segundo, refletir sobre concepções e paradigmas do trato à surdez, bem como análise do estudo de caso. No terceiro apontar os aspectos positivos na interação família-escola na facilitação do processo de inclusão. E as considerações finais.

## **I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1. Um breve relato histórico da inclusão dos deficientes auditivos**

A história da atenção educacional para pessoas com deficiência tem fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Na fase da exclusão nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiências. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava e perseguia essas pessoas, segundo Mazzota (2005), as noções a respeito das deficiências eram basicamente ligadas ao misticismo e ocultismo não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas.

Na fase de segregação institucional eram excluídos da família e atendidos em instituições religiosas sem nenhum controle sobre a qualidade de atendimento. Fase esta, possibilitou o surgimento de escolas especiais, como os centros de reabilitação e, portanto a sociedade passou admitir a possibilidade de pessoas com deficiências receberem escolarização e treinamento profissional.

A fase de integração fez surgir classes especiais dentro de escolas comuns, nesse período os testes de inteligência desempenharam um papel relevante no sentido de selecionar e identificar o potencial acadêmico. Na fase denominada inclusão, países desenvolvidos como os EUA, Canadá, Espanha e Itália foram os pioneiros na implantação de classes inclusivas e de escolas inclusivas.

Os deficientes auditivos também passaram por estas fases e eram considerados incapazes sendo excluídos da sociedade sem que seus direitos básicos fossem garantidos. A primeira obra impressa sobre a educação de deficientes teve autoria de Jean-Paul Bonet e foi editada na França em 1620 com o título das Letras e Arte de Ensinar os Mudos a Falar (Mazzota,2005). Constatou-se que a primeira instituição especializada para a educação de “surdos-mudos” foi fundada pelo abade Charles M. Eppée em 1770, em Paris. O abade Eppée inventou o método dos sinais, destinado a completar o alfabeto manual, em como para designar objetos que não podem ser percebidos pelos sentidos. Seus trabalhos tiveram muita projeção na época e conduziram a realizações de práticas pelo inglês Thomas Braidwood (1715-1806) e pelo alemão Samuel Heinecke (1729). Ambos fundaram, em seus respectivos países, institutos para educação de surdos-mudos. Heinecke inventou o chamado método oral

para ensinar surdos-mudos a ler e falar mediante movimentos normais dos lábios, hoje denominado leitura labial ou orofacial. O método veio em oposição ao método de sinais e desde aquela época tem havido discussões e controvérsias sobre a validade de um ou outro.

No Brasil a inclusão da educação de deficientes ou da educação especial ocorreu somente no final dos anos cinquenta e início da década de 60 do século XX. Em 26 de setembro de 1857, pela lei nº 839 é criado o primeiro instituto para surdos-mudos. A criação desta escola ocorreu graças aos esforços de Ernesto Hüet e seu irmão. Cidadão Francês, professor e diretor do instituto de Bourges, Ernesto Hüet chegou ao Rio de Janeiro no final do ano de 1855. Com suas credenciais foi apresentado ao Marques de Abrantes, que o levou ao imperador D. Pedro II. Acolhendo com simpatia os planos que Hüet tinha para a fundação de uma escola de surdos-mudos no Brasil. Começando a lecionar com dois alunos no então Colégio Vassimon, Hüet conseguiu em outubro de 1856 ocupar todo prédio da escola. Dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (Mazzota, 2005).

Cabe mencionar que a escola para surdos caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos surdos com idade entre sete a quatorze anos. Segundo Azulay (2007), a idéia de que pessoas surdas poderiam receber uma educação só foi compreendida tardiamente ocorrendo de forma gradual e lenta. Ainda assim nos dias atuais apresenta uma série de desafios.

Hoje o sistema de ensino está organizado legalmente a atender os alunos que apresentem necessidades especiais, de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva a fim de cumprir os dispositivos legais.

No mundo moderno, entre as leis de qualquer país, a mais importante é a Constituição, em que são enumerados os direitos de toda pessoa. Há além da Constituição a Declaração dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1994. Toda pessoa tem direitos que são históricos e decorrentes gradualmente de lutas e de reconhecimento social dos cidadãos com deficiências é longa e hoje os instrumentos normativos que abordaremos é resultado de persistência por parte das pessoas deficientes e seus familiares.

A constituição Federal, título VIII, da Ordem Social consta o Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional

especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino. No Artigo 227 inciso 1º,

O estado deverá promover programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente e a criação de programas de prevenção e atendimento especializados para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como a interação social do adolescente mediante o treinamento para o trabalho e a convivência com a eliminação de preconceitos (Brasil, 1988).

A Constituição dá a garantia, mas no cotidiano os portadores de deficiência são matriculados em escolas de ensino regular sem nenhuma preocupação com atendimentos especializados para as diversidades de modalidades de deficiências. Cabe mencionar que, as escolas não estão preparadas em espaços físicos para atender adequadamente a esses alunos pelos quais precisam de um atendimento educacional especial e de qualidade. O Estado deve não só dar garantias, mas fazer que se cumpram no cotidiano.

A Lei 10.172/01 aprova o Plano Nacional de Educação estabelecendo vinte e sete metas e objetivos para educação das pessoas com necessidades educativas especiais. E sinteticamente estas metas tratam:

- Do desenvolvimento de programas educacionais em todos os territórios visando a ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos;
- Das ações preventivas na área visual e auditiva até a generalização dos atendimentos aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental;
- Do atendimento extraordinário e classes e escolas especiais ao atendimento preferencialmente na rede regular de ensino;
- Da educação continuada dos professores que estão no exercício à formação em instituições de ensino superior.

A Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 dispõe sobre a Proteção Integral da Criança e do Adolescente. No Art.54. Estabelece que é dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

No que se refere à educação, o ECA estabelece, em seu Artigo 53, que “a criança e o adolescente tem o direito a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Assegura, dentre

outros direitos a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...); Direito de ser respeitado por seus educadores (...); Acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, possui três artigos (58,59 e 60), parte integrante do Capítulo V, literalmente dedicados a educação especial. O artigo 58 diz: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando que apresentem necessidades especiais”.

Os parágrafos dizem que:

- §1º. Haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;
- §2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível nas classes comuns
- §3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero aos seis anos, durante a educação infantil.

Verifica-se que nos referidos §1º e 2º do artigo 58 o apoio especializado sempre será de grande valia tanto para o professor quanto para o aluno e seus familiares.

O artigo 59 diz:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades; (...) III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns (...).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares (1990), as possibilidades de acesso ao currículo:

Correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades educacionais especiais a desenvolver o currículo escolar (p.44).

Algumas medidas constituem adaptações curriculares de acesso ao currículo como criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno na sala de aula. Reunir os alunos de maneira facilitar a realização de atividades em grupo e incentiva a comunicação e as relações interpessoais. Adaptar materiais de uso comum e mobiliários específicos quando

necessário e propiciar ambientes com luminosidade, sonoridade e movimentação adequada. No caso específico do deficiente auditivo, materiais e equipamentos específicos: próteses auditivas, para alunos com resíduo auditivo, textos escritos com elementos que favorecem a compreensão- linguagem gestual, língua de sinais e outros sistemas alternativos de comunicação adaptados às possibilidades do aluno – leitura orofacial, gestos e língua de sinais; o posicionamento do aluno em sala de aula a tal modo que possa ver os movimentos orofaciais do professor e dos colegas; material visual de apoio, para favorecer a apresentação das informações expostas verbalmente (PCNs, p. 44-46).

E quanto à formação dos professores é importante mencionar que a mesma deverá estar de acordo com os fundamentos previstos no título VI, dos profissionais da Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 de modo atender aos objetivos das diferentes modalidades de ensino e as características de cada fase de desenvolvimento educacional.

O Artigo 60, último do Capítulo V, é o que diz respeito à normatização, pelos conselhos de educação, do apoio técnico e financeiro às instituições privadas. Os critérios devem ser bem rigorosos e claros quanto à especificidade, pois a mais importante característica dessas instituições deve ser a de oferecer serviços educacionais de qualidade e não apenas porque não estão matriculados na rede regular e governamental de ensino.

As disposições legais mencionados no referido capítulo refletem períodos históricos de lutas não somente do deficiente auditivo, mas de todos portadores de Necessidades Educativas Especiais e familiares em consonância com a constituição federal que não comporta qualquer tipo de exclusão de crianças, jovens ou adultos, sob nenhum pretexto. Ainda sim, estamos longe da universalização do ensino.

## **1.2 - Conhecendo a Surdez**

Para compreender melhor sobre as conseqüências da surdez é necessário conhecer sobre o processamento normal da audição e conhecer as estruturas anatômicas do ouvido humano e de seu funcionamento. De acordo com o MEC/ Secretaria de Educação Especial, (2006, p. 13) é através da audição que aprendemos a identificar e reconhecer os diferentes sons do ambiente. As informações trazidas pela audição auxiliam na aprendizagem da linguagem, possibilitando a comunicação oral.

O som é um fenômeno resultante da movimentação das partículas do ar. Qualquer evento capaz de causar ondas de pressão no ar é considerado uma fonte sonora. Como exemplo, a fala, resultado do movimento dos órgãos fono-articulatórios, que provoca movimentação das partículas de ar, produzindo o som.

Segundo Cool, Marchesi, Palácios (2004, p. 172) o ouvido humano é composto por três partes: uma externa e duas internas e estão localizadas dentro da caixa craniana. A parte externa compreende o pavilhão auricular (orelha), o conduto auditivo e a membrana timpânica. Essa estrutura é responsável por receber as ondas sonoras, captadas pela orelha e transportá-las até a membrana timpânica, fazendo-a a vibrar com a pressão das ondas sonoras. Já no ouvido médio estão localizados três ossos muito pequenos (martelo, bigorna e estribo). Esses ossículos são presos por músculos, tendo por função mover-se para frente e para trás, colaborando no transporte das ondas sonoras até a parte interna do ouvido. A porção interna do ouvido é muito especial. Nela estão situados a cóclea, os canais semicirculares e o nervo auditivo. É neste local do ouvido que ocorre a percepção do som.

De acordo com o MEC/Secretaria de Educação Especial (2006, p.16) a cóclea é composta por células ciliadas que são estruturadas com terminações nervosas capazes de converter as vibrações mecânicas em impulsos elétricos, os quais são enviados ao nervo auditivo e deste para os centros auditivos do cérebro. O processo de codificação de um estímulo auditivo tem início na cóclea e termina nos centros auditivos do cérebro, possibilitando a compreensão da mensagem recebida.

Cabe ressaltar que qualquer alteração ou distúrbio no processamento normal da audição seja qual for a causa, tipo ou grau de severidade, constitui uma alteração auditiva, determinando uma diminuição da capacidade de ouvir e perceber o som.

Portanto conhecer as características da surdez permite aqueles que se relacionam a compreensão desse fenômeno. Segundo o Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial (2006, p. 15):

A surdez pode ser dividida em dois grupos:

- Congênitas, quando já nasce surdo. Nesse caso a surdez é pré-lingual, ocorreu antes da aquisição da linguagem.
- Adquirida quando perde a audição ao decorrer da vida.

Há dois grandes tipos de causas: hereditárias e as adquiridas, embora cerca de um terço nas pessoas surdas, as origens não podem ser diagnosticadas com exatidão. Neste caso a origem é desconhecida. De acordo com Coll, Marchesi, Palacios (2004) “a porcentagem de surdez hereditárias situa-se em torno de 30 a 50%... e deve-se levar em conta que apenas 10% tem pais surdos” (p. 174).

Tipos de surdez conforme a localização da lesão:

Segundo Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação (2006), a classificação do ponto de vista da medicina foi feita em função do local onde se encontra a lesão, o que levou a destacar três tipos diferentes:

- **Condutiva:** quando está localizada no ouvido externo e as principais causas deste tipo são as otites, rolha de cera, acúmulo de secreção que vai da tuba auditiva para o interior do ouvido médio prejudicando a vibração dos ossículos.
- **Neurossensorial:** localizada no ouvido interno. Sua origem pode ser genética, produzida por intoxicação (medicamentos), por infecção (meningite) ou por alterações vasculares e dos líquidos linfáticos do ouvido interno. Nesse tipo de surdez perde-se não apenas a quantidade da audição mais a qualidade. O que a criança ouve é distorcido graças aos resquícios auditivos de que a criança dispõe por que se perde audição em determinada frequência e outras não. As surdez neurossensorial costumam ser permanentes, mas nos últimos anos vem se desenvolvendo uma técnica que esta abrindo possibilidades inesperadas para pessoas surdas, o implante coclear.
- **Mista:** localizada no ouvido externo e ouvido interno. Sua origem pode ser uma das causas próprias de cada tipo de surdez. Por exemplo, existem alterações ósseas que podem afetar o componente ósseo do ouvido de forma progressiva.

### 1.2.1 - Os Implantes Cocleares

O implante coclear consiste na introdução, no ouvido interno, por meio de uma cirurgia, de um dispositivo eletrônico que transforma os sons externos em estimulação elétrica, agindo sobre as aferências do nervo coclear. Dessa forma, as pessoas surdas recebem uma sensação auditiva e, no melhor dos casos e mediante um lento processo de reeducação, conseguem discriminar a linguagem. Segundo Coll, Marchesi, Palacios (2004).

Os implantes cocleares não estão livres das controvérsias tradicionais que existem no mundo das pessoas surdas. As associações de surdos rejeitam sua utilização por considerá-lo um atentado à cultura dos surdos e a seu meio de comunicação específico: a linguagem de sinais. Além disso, acham que não se demonstrou nenhuma vantagem considerável nas crianças com implantes. E que em todo caso, as próprias pessoas afetadas é que deveriam decidir quando fossem maiores (p.173).

É importante salientar que, mesmo diante das posições, os defensores do implante dizem não menosprezar uma técnica que pode ou que permite melhorar significativamente a capacidade de pessoas surdas de compreensão da linguagem. É preciso obter mais informações e é necessário um processo de reabilitação.

As famílias encontram dificuldades em conseguir um atendimento adequado e em tempo hábil para se fazer o implante, no caso do Distrito Federal a grande parte dos pacientes são encaminhados para Bauru-SP, dificulta ainda mais o processo de reabilitação.

### 1.2.2 - Grau de perda auditiva

A intensidade da perda auditiva é avaliada por sua intensidade em função de diversas frequências. A intensidade é medida em decibéis (dB). O grau de perda auditiva é classificado em leve, médio e profundo. As frequências mais importantes para a compreensão da fala situam-se nas faixas médias de, entre 500 e 2.000 Hz.

Para Coll, Marchesi, Palacios (2004, p. 174) do ponto de vista educacional, costuma-se fazer uma classificação mais ampla em torno de 500 a 2000 Hz. De acordo com as necessidades educativas do aluno: hipoacústico e surdos profundos. As crianças hipoacústicas têm dificuldades na audição, o que não impede de adquirir a linguagem oral através da via auditiva. Os surdos profundos têm perdas auditivas maiores, o que dificulta bastante a aquisição da linguagem oral através da via auditiva, mesmo com a ajuda de sistema de amplificação.

Segundo Ministério da Educação /Secretaria Educação Especial (2006), a perda auditiva pode ser classificada em:

Audição normal – de 0 a 15 dB

Surdez leve – de 16 a 40 dB. Nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade em ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo um cochicho.

Surdez moderada – de 41 a 55 dB. Com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro.

Surdez acentuada – de 56 a 70 dB. Com esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir uma conversação normal.

Surdez severa- de 71 a 90 dB. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o telefone tocando.

Surdo profundo – acima de 91 dB. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-os de adquirir a língua oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à acústica quanto a identificação simbólica da linguagem.

A Lei 4317 esclarece e especifica a modalidade de deficiência e classificando assim o grau de comprometimento de acordo a sensibilidade auditiva de cada indivíduo. Sendo a surdez uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação ela poderá ter sérias conseqüências no desenvolvimento da criança conforme o grau de perda auditiva.

### **1.3 - Abordagem Metodológicas na Educação de Surdos**

No contexto histórico da educação para surdos há muitas controvérsias entre os métodos adotados por profissionais que por muitos anos direcionaram a educação de surdos. Percebe-se também que as disposições legais apontam para mudanças de paradigmas na percepção do que é educação inclusiva. Diante dos posicionamentos fez necessário um estudo na área saúde e educação para conhecer as modalidades de surdez. Possibilitando uma reflexão das abordagens metodológicas serem utilizadas em sala de aula : o oralismo, a comunicação total e o biliguismo.

### 1.3.1 O Oralismo

A abordagem oralista tem como objetivos a aquisição da linguagem e a integração social do surdo. Segundo Santana (2007, p. 121) “sua base terapêutica é exatamente aproveitar ao máximo do resíduo auditivo por meio de aparelhos de amplificação sonora”. A outra oportunidade é a cirurgia para o implante coclear.

O uso desse aparelho deve começar muito cedo, desde que descoberto precocemente, já nos primeiros três meses de vida do bebe surdo para trabalhar os sons da fala e do ambiente. Mas para os programas de (re) habilitação oral faz necessário que se cumpram algumas metas tais como: uso do adequado do aparelho, acompanhamento com o terapeuta e a participação da família.

Para Santana (2007, p.121), esta proposta baseia-se no resultado de pesquisas audiológicas que afirmam que mais de 95% das crianças deficientes auditivas apresentam audição residual em algum grau”. Para a autora deve-se ser dado a estas crianças a oportunidade de desenvolver os resíduos, fazendo as mesmas utilizarem a audição que têm e os recursos tecnológicos.

Já na área educacional a criança que tem surdez profunda enfrenta dificuldade na aquisição da linguagem, por não se tratar de um processo espontâneo de comunicação e uma “barreira” na aprendizagem faz necessário um trabalho que deva ser planejado de forma sistemática e repetitivo, pois as palavras vão se incorporando ao vocabulário gradualmente e muitas vezes distantes de um contexto.

Para Quadros (1997, p. 23) “Pesquisas nos Estados Unidos constataam que, apesar do investimento de anos da vida de uma criança surda na sua oralização, ela somente é capaz de captar através da leitura labial cerca de 20% da mensagem”. A autora faz fortes criticas a abordagem oralista descrevendo-a como uma proposta de recuperação de deficiência auditiva, marcado pela ausência da fala e descreve como de fato historicamente a proposta oralista continua sendo uma experiência que apresenta resultados não muito atrativos.

No Brasil, é constatado que a grande maioria dos surdos submetidos ao processo de oralização não falam bem e nem interagem verbalmente, por haver uma discrepância entre o objetivo do método e os ganhos reais da maioria dos surdos.

Apesar de não haver um levantamento exaustivo sobre o desempenho escolar de pessoas surdas brasileiras, profissionais e a sociedade surda reconhecem as defasagens escolares que impedem o adulto surdo de competir no mercado de trabalho. Nas escolas brasileiras, é comum terem surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita. (Quadros1997, p.23).

Mas o que de fato não devemos negar é que a abordagem ainda está presente no cotidiano escolar e ainda há que se romper barreiras e preconceitos, e o mais importante: buscar informações e conhecimentos.

### **1.3.2 - A Comunicação Total**

Nos anos 1970, devido às grandes insatisfações com os resultados do oralismo alguns estudiosos propuseram a adoção dos sinais na educação dos surdos assim surge uma nova filosofia definida como Comunicação Total, a qual propõe o uso de gestos naturais, da língua de sinais, da expressão facial, da fala dos aparelhos amplificadores sonoros para transmitir a linguagem, conceitos e idéias. Apesar de todos estes recursos a idéia principal dessa filosofia ainda continuava sendo a integração do surdo à sociedade ouvinte.

De acordo com Guarinello (2007, P.31) “a comunicação Total teve efeitos muitos fracos, já que o sucesso acadêmico dos surdos da America não sofreu resultados significativos, pois é simplesmente impossível utilizar simultaneamente duas línguas”.

No Brasil provavelmente sofreram as mesmas dificuldades porque o fato de induzir a utilização os sinais associados à fala em português, com a estrutura da língua portuguesa. Nem se fala em língua portuguesa e nem em língua de sinais. Partindo desse principio começa a se pensar em estudar estratégias de ensino separadas para as duas línguas.

### **1.3.3 - O bilinguismo**

Já a abordagem bilíngüe tem como proposta de ensino preconizar o acesso as duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como a língua natural e partindo desse pressuposto para a escrita. A língua de sinais é considerada como a primeira a natural e a segunda a língua portuguesa. Segundo Santana (2007), o bilingüismo surgiu na década de oitenta e a fundamentação dessa abordagem é o acesso da criança surda, mais precocemente à língua de sinais e linguagem oral. A língua de sinais deve ser adquirida por meio da interação de um adulto surdo e a segunda língua (L2) modalidade oral pelo adulto ouvinte baseado teoricamente nas habilidades lingüísticas desenvolvidas.

De acordo com Azulay (2006, p.12) “para a maioria das crianças surdas o bilingüismo é essencial e não opcional. Isto devido ao fato que dificilmente conseguem ter acesso a uma educação satisfatória e completa através apenas da Língua Portuguesa nas suas versões faladas”.

Diante da citação cabe mencionar que uma criança surda que tem seus pais surdos desde cedo elas aprendem a língua de sinais e conseqüentemente tem melhor formação de conceitos na aprendizagem da L2, do que as crianças filhos de pais ouvintes. Outro fator relevante é que as crianças surdas não passam pela fase dos “porquês”, aprendem tudo sozinho e observando, eles não perguntam. Portanto faz necessário o conhecimento da língua de sinais desde muito cedo e do contato com adultos surdos para não somente interagir e facilitar a apreensão como também o desenvolvimento cognitivo.

A legislação brasileira reconhece a língua de sinais como a língua oficial da comunidade surda e o Decreto Presidencial nº 5626 de dezembro de 2005, determina que o aluno surdo deva ter o ensino de libras oferecido desde a educação infantil e ter a Língua Portuguesa como a segunda língua. Mediante a lei o ensino bilíngüe passa a ser um objeto de estudo no campo da educação inclusiva.

#### **4 – A Relação Família e Escola**

Família e escola são instituições que desenvolvem papéis importantes para o desenvolvimento humano. A Constituição Federal no Art. 205 estabelece:

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por desempenharem ações tão significativas na vida humana que a Carta Magna estabelece que é tão somente dever do Estado quanto da família o seu pleno desenvolvimento. A Lei 8.069/1990 pela qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no Artigo 4º decreta:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Novamente a lei reforça a legitimidade e a responsabilidade da família e da escola na educação dos filhos.

A lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional no Artigo 2º decreta que:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na educação escolar a lei também destaca logo a principio a responsabilidade em que cada rede tem no desenvolvimento do educando. Reforçando assim o elo entre a família e a escola. E legitimando que a educação não deve apenas ser da escola, ela ocorre em todos ambientes possíveis onde se perpassam o processo de aprendizagem.

Segundo Rego (1996, p. 49), Vygotsky entende que o ser humano não só é um produto do seu contexto social, mas também um agente ativo na criação deste contexto. Portanto a família é responsável por mediar a cultura historicamente construída no grupo pelo qual pertence. Sendo sujeitos ativos e matrizes da aprendizagem humana. Desde o nascimento são inculcados nos indivíduos os valores sociais, as regras de convivência e modelos de educação construídos coletivamente e socialmente.

Para Dessen and Polonia (2007, p.17) “a família, presente em todas as sociedades , é um dos primeiros ambientes de socialização do individuo, atuando como mediadora principal dos padrões de modelo e influências culturais”.

É no ambiente familiar que a criança aprende a resolver os conflitos, a se relacionar com outras pessoas, a controlar seus sentimentos e emoções e a interagir com outras redes sociais. Ainda segundo as autoras Dessen and Polonia, (2007, p.21) essa transmissão de conhecimentos e significados possibilita o compartilhar de regras, valores, sonhos, perspectivas e padrões de relacionamentos (...) ampliar e diversificar as experiências.

Sabe-se que as crianças quando são educadas de forma positiva no seio familiar apresentam mais facilidades em conviver socialmente em ambientes diferentes.

Família e escola traçam uma relação permeada pelos mais diversos fatores: sofrimentos dos pais ao deixarem seus filhos pela primeira vez na escola, os desejos que lhes ofereçam o melhor em todos os aspectos; o ciúme que os pais sentem; o pouco interesse pela vida escolar dos filhos; a dificuldade em se comunicar com os filhos; a separação familiar; os desajustes familiares; aceitação ou não dos filhos; o contexto sócio-histórico dos pais; as dificuldades pessoais; o autoritarismo; ou permissivo; as atitudes; os valores morais da família; doenças; desemprego, ou seja, tudo que está inserido no histórico de determinada

família. É uma relação que deve ter acima de tudo um vínculo de cooperação e de inclusão, pois a escola precisa conhecer a dinâmica e o contexto familiar pelo qual pertencem seus alunos.

A escola é responsável pelo conhecimento sistematizado e socialmente elaborado contribuindo para o pleno desenvolvimento do indivíduo para a vida. A escola segundo Polônia e Dessen (2007):

A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, como o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de idéias, organização e conhecimentos, dentre outros  
(p. 26).

Portanto a escola favorece um ambiente multicultural e diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, onde pessoas com culturas, características e valores diferentes se interagem construindo relações interpessoais e se preparam para inserir na sociedade.

O envolvimento dos pais na escola requer, dentro desse novo modelo de sociedade, tempo, pois pais não disponibilizam desse tempo para investir na educação dos filhos. Como por exemplo: ler para as crianças, perguntar sobre a escola, ir até a escola sempre para saber sobre o desenvolvimento e a aprendizagem do filho. Segundo Ferreira and Barreira (2010, p.464): “é importante que a criança sinta que a família valoriza e se preocupa com sua aprendizagem, estimulando-a na realização das demandas escolares, com frequência à escola e a realização dos deveres de casa, por exemplo”.

A família e a escola necessitam ser parceira nessa nobre missão de formação educacional do ser humano, pois dessa parceria depende o sucesso da educação do indivíduo.

Segundo Varani e Silva (2010, p. 516), “a educação é um dever da família e da escola. Ambas devem interagir para garantir os direitos da criança nas questões referentes ao ensino, dando-lhes suporte e apoio para o pleno desenvolvimento”.

Portanto a parceria família-escola se dá por meio do diálogo e da participação efetiva de ambas as partes, dessa forma a família contribui para a inclusão do aluno quando existe uma relação de compreensão, ou seja, quando a família é ciente das limitações da criança e de seus direitos. Exigindo da escola as adequações necessárias para o desempenho da aprendizagem do educando.

## **II – OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral:**

Ressaltar a importância da relação família-escola na inclusão do deficiente auditivo.

### **Objetivos Específicos:**

- Compreender o processo histórico do deficiente auditivo;
- Conhecer a surdez e as abordagens metodológicas;
- Ponderar as contribuições na interação família-escola no processo de inclusão.

### III- METODOLOGIA

#### 3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia

O presente estudo busca como objetivo investigar a importância da interação família-escola no processo de inclusão escolar da criança com deficiência auditiva. Para tanto, foram realizadas técnicas de pesquisa explicadas a seguir com a finalidade de propiciar informações básicas sobre o estudo em questão.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho científico, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, cabe ressaltar que segundo Chizzotti (1998):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e objeto, um vínculo indissociável entre o objeto e a subjetividade do sujeito (p. 79).

A abordagem qualitativa focaliza a interpretação, cujo caráter é de exploração, seguindo teorias relacionadas com a forma de aprender a legitimidade dos dados. De acordo com Creswell (2007, p.35) “é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimentos com base principalmente em perspectivas construtivistas”.

Na citação acima, percebe-se que na pesquisa qualitativa o pesquisador investiga os significados individuais dos fenômenos históricos e social. Por isso a pesquisa qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e também de fenômenos de modo que seu caráter é construtivo.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes da análise e compreensão dos fenômenos estudados.

Para obter a resposta do problema que foi investigado e para atender os objetivos propostos em razão da temática, coube fazer a escolha pelo estudo de caso. A escolha pelo método de estudo decorreu por se tratar de uma investigação empírica que estuda fenômenos dentro do contexto real, onde o pesquisador pode ter o controle sobre os eventos e variáveis. De acordo com Gil (2009, p. 15) “os estudos de casos possibilitam estudar em profundidade o grupo, organização ou fenômeno, considerando suas múltiplas dimensões”.

De acordo com Martins (2008, p.13) “a observação direta do comportamento dos fenômenos e dos dados também é uma fonte inspiradora de idéias para se fazer ciências.”

Seguindo as fontes bibliográficas, o estudo de caso pode propiciar aproximação dos resultados da pesquisa e a concretude da prática social podendo assim contribuir posteriormente com base nos resultados concretos e contextualizados estudos quantitativos possibilitando e estimulando novas pesquisas.

### **3.2- Contexto da Pesquisa**

A realização da pesquisa deu-se em uma escola pública de series iniciais do Ensino Fundamental de nove anos na Região Administrativa de Ceilândia-DF. A escola atende as modalidades de ensino de Educação Infantil ao Ensino Fundamental (turmas de 4ª séries).

A turma de José é de educação infantil primeiro período vespertino. A escolha partiu por se tratar de uma instituição em que na sua história nunca havia recebido um aluno deficiente auditivo. Diante do desafio enfrentado pela professora, a pesquisadora se colocou a disposição para a realização da presente pesquisa e observou a rotina da turma, que teve uma boa aceitação.

A mãe tem outro filho estudando na mesma escola, o que facilitou o processo de adaptação. A direção convocou a mãe e esclareceu todos os direitos inerentes à educação e à inclusão do José, mas a responsável comunicou que o filho estaria aguardando um implante coclear e uma das exigências é está matriculado no ensino regular sem o ensino de língua de sinais e a escola é a mais próxima da sua casa.

Mediante o contexto acima citado a pesquisadora entrou em contato com a professora regente e a família esclareceu os objetivos da pesquisa. Foi apresentado o termo de autorização para pesquisa e foram devidamente lidos e assinados pelas partes.

### **3.3- Participantes**

Os participantes da pesquisa foram:

1. A Sr.<sup>a</sup> Severina (nome fictício), trinta e sete anos, dona de casa cursou o Ensino Fundamental é casada com o Sr.<sup>o</sup> Juliano de vinte e nove anos e que também cursou o Ensino Fundamental, o casal tem três filhos e residem no setor de chácaras próximo a Instituição de Ensino.

2. A professora da criança a Sr.<sup>a</sup> Maria das Dores (nome fictício), vinte e seis anos, recentemente contratada pela secretaria de Educação através de concurso, e ainda encontra-se no estágio probatório. Possui graduação em pedagogia com licenciatura para séries iniciais. A professora já trabalhava como docente em escolas da rede particular no DF.
3. José (nome fictício) de quatro anos, primeiro ano na escola, portador de deficiência auditiva diagnosticado há dois anos pelo CEAL (Centro Educacional da Audição e Linguagem Ludovico Pavoni).
4. Tereza (nome fictício), pesquisadora do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar da UAB-UNB, trinta e nove anos, casada, mãe de três filhos, Pedagoga com Habilitação em Orientação Educacional, atuando como Orientadora Educacional na escola há dois anos e seis meses.

### **3.4 – Materiais**

Foram utilizados os seguintes materiais: caderno de anotações; lápis e borracha, caneta, papel A4, questionário, mesa, cadeira, pen-drive e computador pessoal.

### **3.5- Instrumentos de Construção de Dados**

Foram utilizados os seguintes instrumentos:

1. Um caderno de observação, onde a pesquisadora anotou algumas atividades significativas para o referido estudo e das falas informais da família no cotidiano escolar.
2. Roteiro de entrevista semi estruturada para a mãe da criança (anamnese).
3. Questionário para professora regente.
4. Questionário para a mãe do aluno.

### 3.6- Procedimentos de Construção de Dados

Para o desenvolvimento da pesquisa buscou-se uma escola pública localizada na Região Administrativa de Ceilândia no Distrito Federal. A referida escola foi fundada em 1980. E em seu histórico não há registros de inclusão de alunos deficientes auditivos. O foco da pesquisa é o estudo de caso de um aluno de quatro anos deficiente auditivo matriculado na escola através do serviço 156, serviço este disponibilizado pela Secretaria de Educação do DF, sendo que na hora da matrícula foi omitida sua deficiência e incluído por acaso na escola em questão. Mediante o desafio a pesquisadora entrou em contato com a professora, relatou pesquisar a Interação Família-Escola no Processo de Inclusão do Deficiente Auditivo. A professora colocou-se a disposição e aceitou o estudo. A pesquisadora procurou a direção da escola para solicitar a permissão para o referido estudo mediante carta de apresentação (Anexo I) e posteriormente apresentou os objetivos para a professora regente e a mãe que concordaram em participar da pesquisa, assim, o Termo Livre Esclarecido (Anexo II e III) foi lido e assinado pelas participantes. Cabe mencionar que a pesquisadora trabalha na mesma instituição em que ocorrem os fatos da pesquisa.

O primeiro instrumento a ser utilizado foi um roteiro semi estruturado de um questionário (anamnese) com questões abertas e fechadas (Anexo IV) e foram colhidas no período de 16/03/2010. A mãe foi esclarecida que se tratava de um estudo de caso e que era necessário conhecer um pouco mais da vida do José nos antecedentes pessoais, desenvolvimento, linguagem e aspectos sociais. Essa entrevista levou cinco encontros, em razão da mãe não poder participar em horário contrário às aulas (três vezes na semana estava no CEAL) e a tarde levava outro filho para fonoterapia ou consultas periódicas.

O segundo instrumento utilizado foi uma entrevista com a professora com um roteiro semi estruturado contendo dez perguntas (Anexo VI).

A terceira fase se constitui nas observações no cotidiano escolar do aluno, na sala de aula, na recreação, na entrada e saída dos turnos e ainda contou com relatos informais da mãe, da professora e da coordenadora do CEAL em uma visita ao CEAL realizada no dia 19/03/2010.

A quarta e última etapa de coleta de dados baseou-se em entrevistas semi estruturada com a mãe e a professora em momentos distintos (Anexo V e VII).

Os encontros foram realizados no ambiente escolar, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 1: Etapas do processo de construção de dados**

<b>Encontro com a família</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Encontro com o docente</b>	<b>Objetivo</b>
1º	Apresentação	1º	Apresentação
2º	Entrevista com a família (anamnese)	2º	Apresentação do questionário ao professor
3º	Observação em sala de aula para acompanhar o período da adaptação	3º	Acompanhar e observar a visita do professor ao CEAL
4º	Apresentar o questionário para a família	4º	Apresentação do questionário ao professor

Cabe mencionar que as observações em sala de aula foram registradas conforme o Registro de Observação (Anexo VIII) e a visita no CEAL foi registrada no caderno de anotações.

### **3.7- Procedimentos de Análise de Dados**

O estudo adotou uma metodologia qualitativa com abordagem interpretativa referenciada na perspectiva sócio-cultural, identificando nas narrativas do professor e da mãe elementos que possam compreender e melhorar a interação dos envolvidos na inclusão do aluno deficiente auditivo.

Os instrumentos utilizados foram questionários semi-estruturados, por entendê-los como um instrumento metodológico válido para aquisição do conhecimento. Os instrumentos utilizados tiveram o intuito de recolher amostras para análise do referido estudo. Segundo González Rey (2010):

Os instrumentos escritos apresentam a possibilidade de posicionar o sujeito, de forma rápida e simples, diante de indutores que facilitem o transito para outros indutores diferentes e inclusive na interior de um mesmo instrumento, o que facilitará a possibilidade de produzir, nesses espaços, sentidos subjetivos distintos que facilitem a amplitude e complexidade de suas diversas expressões. (p. 51)

O questionário semi estruturado permite obter informação que seja suscetível de descrição e que possa apontar diferentes significados ao longo da pesquisa. A pesquisa qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento. Para González Rey (2010) “o conhecimento é um processo de construção que encontra sua legitimidade na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos coexistente no processo investigativo” (p.07).

De acordo com os pressupostos epistemológicos da abordagem qualitativa foram realizados um roteiro de ações que contribuíram para a construção da análise dos dados.

## **IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A. Resultado do estudo de caso (entrevista com a Sr.<sup>a</sup> Severina mãe da criança)**

A criança vem de uma prole de três filhos com deficiência auditiva, mas somente José nasceu com surdez profunda. A gravidez não foi desejada deixando a família desesperada. A mãe teve pressão alta e no momento do parto sofreu pré-eclampses. Amamentou o filho até a idade de quatro anos. O filho andou com doze meses, nunca falou, apenas chorava muito. Somente com quatro anos, na escola, teve aprendizado do controle esfinteriano. Quanto ao aspecto social faz amizade facilmente, mas prefere brincar sozinho. A mãe relatou ter descoberto que o filho era surdo quando ele tinha dois anos, ela veio à reunião bimestral da filha do meio e a professora brincou com José e o mesmo não respondeu os estímulos. Então a professora sugeriu que a mãe fizesse o mesmo teste quando chegasse em casa, então chegando em casa a mãe fez o teste e comprovou a suspeita da professora.

O aluno possui laudo médico do Centro Educacional da Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni”- CEAL. Usa aparelho auditivo e no início do letivo de 2010 aguardava para fazer o implante coclear. O aluno é atendido pela mencionada instituição três vezes por semana.

O aluno foi matriculado pelo programa de estratégia de matrícula da Secretaria de Educação através do serviço telefônico 156 e no momento da matrícula por medo de não conseguir a vaga na escola a mãe omitiu que o filho era deficiente auditivo.

### **B. Resultado dos Questionários e Observações:**

A professora Maria das dores de vinte e seis anos, casada, formada em Pedagogia com Habilitação em Magistério das Séries Iniciais trabalha na referida escola há dois anos. Atualmente leciona para uma turma de educação infantil de primeiro período no turno vespertino com vinte e seis alunos, dentre estes um é deficiente auditivo.

Relatou que na sua formação acadêmica não ter recebido orientações suficientes para atuar com a educação inclusiva. E que as maiores dificuldades enfrentadas no período de adaptação do aluno José em sala de aula foi a comunicação e a falta de formação específica.

Quando na entrevista o pesquisador questionou:

Qual foi a maior dificuldade encontrada em sala de aula para lidar com o aluno deficiente auditivo?

Resposta: Falta de formação específica para atender ao aluno com deficiência auditiva e turma com muitos alunos.

Muitos professores não tiveram acesso a conhecimentos na formação acadêmica para trabalhar com alunos com diferentes necessidades e demandas de aprendizagens. A resolução CNE/CNB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001 em seu artigo 8º: “estabelece que professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento as necessidades educacionais dos alunos”; Assim como visto nos capítulos anteriores o que diz respeito a lei 10172, de 9 de janeiro de 2001 em relação a formação continuada de professores que estão no exercício à formação em instituições de ensino superior.

O professor, como qualquer outro profissional tem que aprimorar seus conhecimentos através de cursos de especialização. Com as mudanças que ocorrem no mundo requer um profissional atualizado. Segundo Nóvoa (1995, p. 25), “estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional”.

Logo a formação do educador é essencial para efetivação da inclusão, compreendendo que será difícil para este atuar numa escola ou sala inclusiva que não tenha o mínimo de conhecimento no se refere a inclusão. E muito provavelmente sentirá dificuldade de adaptação curricular e avaliação da pratica pedagógica.

De acordo com a Declaração de Salamanca de 1994, no que se refere ao professor:

Preparação apropriada de todo os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais conhecida.

Em relação à concepção de inclusão a pesquisa constatou que a professora entende o processo como que se amplia não somente aos deficientes, mas a todos os alunos, conforme relata: “É um processo em que se amplia a participação de todos os alunos no estabelecimento de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação de cultura da prática e das políticas públicas vivenciadas nas escolas de modo que se estas atendam a diversidade de todos.” (Comentário da professora MD)

Percebe-se que no depoimento da professora a inclusão é um processo em que se amplia a todos. Segundo Ferreira & Caputo (2003).

A inclusão impõe uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita àquelas que apresentam deficiências, mas se estendem a qualquer aluno que manifeste dificuldade na escola, ainda que contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de todos – professores, alunos e pessoal administrativo (p. 116).

A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola e para ter sucesso precisam ser conscientes e tornar comunidades conscientes.

A professora relatou na pesquisa que ao receber o aluno com deficiência auditiva sentiu-se insegura e com muitas dúvidas e para atingir estas interrogações procurou informações sobre a criança e o ambiente familiar e com os outros integrantes da escola. Também buscou observar o comportamento da criança em sala de aula.

De acordo com o Referencial Curricular para Educação Infantil:

Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias, é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade e a equidade e a solidariedade. A criança com a diversidade nas instituições educativas poderá aprender muito com ela (p.35).

É nas brincadeiras de faz-de-conta, exploração de diferentes brinquedos, na participação das pequenas tarefas em sala de aula, recadinhos, na higiene das mãos sem pedir ajuda e entre tantas situações que o professor vai adquirindo conhecimento sobre seus alunos nesta faixa etária. E é no brincar que as crianças se desenvolvem fisicamente e mentalmente, faz relações com o outro e o mundo. As cooperações contribuem na construção dos valores morais, sociais, culturais e intelectuais.

Outro fator relevante do estudo foi quando a professora mencionou que sentiu muita dificuldade em comunicar-se com o aluno: “além de recursos visuais também utilizo mímicas e gestos para facilitar a compreensão. Poderia ser utilizada a língua de sinais” (comentário da professora MD).

Quando pais ouvintes têm filhos surdos eles têm que tomar uma decisão: escolher pelo menos inicialmente qual a modalidade de língua que o filho usará e a maioria dos pais conhece duas linguagens: a oral e a de sinais. A rede de Ensino Pública do Distrito Federal adota o bilingüismo para a educação de surdos desde a educação infantil, mas quando é opção da família a secretaria tem ações integradas com a área de saúde.

Conforme determinado no Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo IV Art. 16:

A modalidade oral da língua portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardando o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Para Vygotsky a linguagem é entendida como um sistema simbólico fundamental em todos os seres humanos e desempenha um importante papel na formação das características psicológicas humanas e através da linguagem é possível designar os objetos externos. O surgimento da linguagem segundo Vygotsky (2000) imprime três mudanças nos processos psíquicos do homem. O primeiro ao fato da linguagem permitir lidar com os objetos do mundo exterior mesmo quando eles não estão presentes. Como por exemplo, em frases: “O telefone tocou”. A segunda é possível analisar a linguagem, abstrair, e generalizar as características dos objetos, eventos, situações presentes na realidade. Como por exemplo, a palavra casa. E terceira é a comunicação entre os homens que garante a transmissão e a assimilação de experiências acumuladas pela humanidade.

É por meio da linguagem que o ser humano estrutura seus pensamentos, as informações, o desenvolvimento de conceitos na resolução dos problemas.

A língua é um tipo de linguagem e tem um papel de destaque na formação dos processos mentais. A criança desde pequena adquire a língua por meio de contato informal com as pessoas que convivem e não por que é ensinado. O primeiro lugar onde a criança tem esse contato é em casa, com sua família que serão os facilitadores dessa comunicação, sendo um processo que acontece naturalmente. Segundo Santana (2007):

“a criança surda no desejo de participar, interagir e comunicar-se, as crianças surdas filhas de pais ouvintes criam um sistema de comunicação particular, denominado por alguns autores como simbolismo esotérico e, para outros, de sinais domésticos.” (p.83)

Portanto o simbolismo esotérico consiste, segundo a autora, em recursos representativos convencionais partilhados entre pais ouvintes e criança surda não sendo compreensível por outros interlocutores. Na ausência da língua os gestos tomam espaços privilegiados. Mas para a concepção oralista os gestos são definitivamente proibidos, basta falar com naturalidade olhando para a criança utilizando de recursos visuais.

E para facilitar esta compreensão de como se trabalhar este processo de oralidade e adaptação foi necessária uma visita na instituição que acompanha o processo de audição do referido aluno e observações em sala de aula.

A pesquisadora observou a primeira rotina do aluno em sala de aula, a mãe chegou aproximadamente às 13h: 40 min. após a entrada do turno com o José no colo chorando. Colocou o aluno no chão olhou para a professora e falou: “chegamos agora do CEAL”. José ficou chorando na porta e a professora tentou acalmá-lo, mas sem saber como se comunicar com ele. O aluno não sentava, não brincava e ficava o tempo todo na porta. Até que aproximadamente as 14h30min defecou na roupa. A professora se desespera por não tem monitora e a sala de aula cheia era precisa descer com o José até a direção da escola para comunicar seus familiares.

A pesquisadora acompanhou professora a uma visita no CEAL, ela estava aparentemente tranqüila. Lá a professora foi orientada de como trabalhar pedagogicamente em sala de aula com o aluno o que poderia facilitar o aprendizado do mesmo. Como estava acompanhando e observando a conversa da professora registrei apenas o que era pertinente à pesquisa. Conforme o diálogo entre a professora e a coordenadora do CEAL.

“tem perda profunda, mas tem resíduo no ouvido esquerdo”

... “O José não tem estímulos favoráveis não tem brinquedos” (coordenadora).

Todas as orientações foram passadas para a professora e pela coordenadora da instituição. O relato “o José não tem estímulos favoráveis, não tem brinquedos” chamou a atenção para o comportamento demonstrado em sala de aula. Segundo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998):

A brincadeira favorece a auto-estima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adultos, no âmbito de grupos sociais diversos (p. 27).

É na brincadeira que a criança interage, comunica-se e se expressa, demonstrando seu modo pensar, agir, solucionar problemas e sentir.

De acordo com a análise do questionário respondido pela mãe observa-se que a mesma teve dificuldades na adaptação do aluno na escola devido à falta de interação do aluno com a professora e com os outros alunos, ou seja, a professora teve muita dificuldade em lidar com a deficiência do aluno. A mãe relatou que na entrada da escola ouviu outros pais reclamarem do filho pelas constantes mordidas e chegaram ao ponto de dizerem que fariam abaixo-assinados para retirar o menino da escola. Quando questionada sobre quais as dificuldades enfrentadas na escola para a inclusão do seu filho a mesma descreveu: “para mim foi a

aceitação dos pais, porque depois fiquei sabendo que eles queriam fazer abaixo-assinado para tirar ele da escola. Por que mordida muito os filhos deles. Na reunião de pais eu me apresentei e contei toda história para os pais entenderam” ( relato da mãe).

Para Ferreira & Guimarães (2003):

Desde Hipócrates até os dias atuais, as discriminações relacionadas às pessoas diferentes e, em especial, as que apresentam deficiência, têm sido encaradas de diversos modos. Vale ressaltar que o estigma não está na pessoa ou na deficiência que ela possa apresentar. O que se observa que o estigma é produto social (p.71).

Portanto é preciso esforço para contrapor as abordagens do passado e promover uma abordagem transformadora para o futuro. E essa abordagem terá início na base educacional.

Outro ponto interessante a ser mencionado é que a família sente dificuldade em interagir com o filho através das linguagens, em uma conversa informal a mãe relatou que sente dificuldade em se comunicar com o filho. Veja como descreveu:

“as dificuldades é a de não obedecer. Ta vendo não fica parado”. E quanto a comunicação falo naturalmente com ele, o José tem vocação para falar.

É importante que a família estabeleça uma comunicação com a criança surda para que a mesma possa desenvolver-se harmoniosamente com seus familiares. Porque apesar da dificuldade na comunicação a criança surda pode se desenvolver como outra criança qualquer com regras e limites bem definidos por seus pais e professores. A superproteção ou tratamento diferenciado somente prejudicaram o seu pleno desenvolvimento social e cognitivo. Dá bons exemplos é a forma mais correta para ensinar os valores e as regras sociais.

Mas em conversa informais com a mãe, em quanto aguardava a saída do filho ela relatou que em casa a criança usou gestos simbolizando dinheiro com os dedos ou faz gestos quando precisa de alguma coisa. Para Santana (2007, p. 85) “os sinais domésticos podem ser com mímicas, mas não contem sistema gramatical. São realizados com o corpo todo, e a comunicação depende fortemente do contexto, quase como sinais individuais.”

Eles não têm valor gramatical, mas se a mãe ouvinte ou a professora atribuírem a esses gestos um valor a partir desse momento existe uma interação. A autora cita em seus estudos que uma criança ouvinte na medida em que a linguagem oral se desenvolve o gesto fica em segundo plano. Já nas crianças surdas a modalidade oral é vista apenas como vocalização quer

seja com a mãe ou outras pessoas. Atribuindo assim as duas formas que toda criança tem de se comunicar e interagir.

Cabe salientar que tanto a mãe quanto a professoras tinham dificuldades em comunicar-se com a criança. Mas segundo relatos da professora a mãe contribuía para o processo de inclusão do aluno.

“a mãe leva-o ao CEAL para complementar as informações omitidas na classe comum, em turno inverso da escola regular.”

“a afeição, a emoção, o carinho e a amizade entre eu e o aluno e a mãe foram componentes essenciais e fundamentais na nossa interação.” (depoimento da professora MD)

Ainda de acordo com a entrevista foi relatado que a mãe gostaria que o aluno fosse introduzido em uma turma reduzida e que os profissionais da educação tivessem formação para trabalhar com todas as modalidades de deficiências. De acordo com Caputo & Guimarães (2003, p. 131) sabe-se que a verdadeira inclusão baseada nos princípios de equidade, é um processo moroso, porque requer a consciência da mudança de antigos para novos paradigmas. No entanto cabe ressaltar que as dificuldades são variadas, os obstáculos e as limitações dos profissionais envolvidos, mas ainda sim é possível visualizar uma mudança de mentalidade formando novas perspectivas na educação.

A análise do tema escolhido se fez através da pesquisa bibliográfica e um estudo de caso que servirá de informação e sugestão para pais e educadores. A escola e a família compartilham de funções sociais, políticas e educativas, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Juntas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico de acordo com as expectativas de cada ambiente. Segundo estudos de Dessen (2007), a família é considerada a primeira instituição social e junto a outras redes busca assegurar o bem estar de seus membros e coletividade, tendo assim uma forte influencia nos comportamentos dos indivíduos. Seu papel é mediar a cultura entre o homem e a cultura.

O conceito de família tem evoluído para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual. Os arranjos familiares vão surgindo provocam transformações nas relações familiares e nos papéis desempenhado pelos seus membros. Portanto a família hoje não é vista

como um sistema privado de relações e nesse processo contínuo a família conta ou não com uma rede social de apoio que é oriunda das próprias interações entre os membros.

A escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificadas como um espaço de desenvolvimento e aprendizagens e o currículo devem envolver todas as experiências realizadas nesse contexto. Portanto os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem e devem ser empregados como mediadores para a construção dos conhecimentos científicos. É importante ressaltar que família e escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana nas sociedades, assim se faz necessário que seja criada políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos.

Segundo Dessen (2007) sendo a escola um local de diversidade de conhecimentos, atividades regras e valores permeados por conflitos e diferenças. É nesse ambiente que os indivíduos processam seu desenvolvimento global

Para que a inclusão aconteça é preciso mudanças, tanto no sistema educacional quanto na escola, para que todos com necessidades especiais tenham acesso à educação de boa qualidade, pedagógica e social. A inclusão acontece na escola quando a mesma não exclui sobre nenhum pretexto, trabalha a diferença onde envolve valores e atitudes e favoreça a elaboração do projeto político pedagógico com a participação e envolvimento da comunidade escolar principalmente a família.

O que se pode afirmar diante do confronto dos resultados da pesquisa é que a influência da família na vida escolar das crianças e a sua interação com a escola favorecem não somente o bom desempenho dos alunos, como também a sua longevidade.

## V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do tema para o desenvolvimento da pesquisa que buscou conhecer e investigar a realidade interação família-escola no processo de inclusão do deficiente auditivo a partir do estudo de caso e do ponto de vista do educador e da família. Consta no que tange o objetivo geral, o estudo obteve respostas satisfatórias. Sobre a problemática que norteou a pesquisa, cuja finalidade foi conhecer a importância na interação família escola no processo de inclusão do deficiente auditivo no ambiente escolar, tendo como análise o estudo de caso e a inclusão vista pelo professor e a família. A pesquisa obteve respostas suficientes.

Os resultados mostram que o processo de inclusão do deficiente auditivo, cuja modalidade de linguagem se processe pelo oralismo, requer um esforço muito maior por parte da escola no tocante a formação continuada dos docentes. É de responsabilidade da família o acompanhamento do educando nas atividades extracurriculares, bem como nos esclarecimentos e procedimentos necessários para a comunicação com o aluno.

O docente deve refletir sobre a continuidade de sua formação, pois é ele o principal responsável por uma educação de qualidade e conseqüentemente pelo desenvolvimento social do aluno.

A família deve ser orientada quanto aos direitos do aluno e a metodologia de ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal para o aluno com deficiência auditiva, e os benefícios dos atendimentos realizados pela mesma para o aluno e a sua família.

A inclusão do José só foi possível devido à interação da família na escola, pois a mesma é presente em todos os segmentos da vida escolar do aluno, estando à disposição da escola sempre que necessário e com o olhar inclusivo da professora que mediante o desafio acolheu o aluno e a família.

## REFERÊNCIAS

- AZULAY, Celeste Kelman. **“Aqui tudo é importante.” Interação de surdos com professores e colegas em espaço escolar inclusivo.** Universidade de Brasília. Brasília, 2005.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: senado federal, 1988.
- \_\_\_\_\_, Presidência da republica. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei nº9.394.1996.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Desenvolvendo Competências para atendimento as necessidades educativas especiais de alunos surdos. ( Série : saberes e práticas da inclusão)** Brasília:2006
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação e do Desporto/ Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_, Presidência da República. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.
- \_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNB/CEB Nº2/2001.** Diário Oficial da União. Brasília 2001.
- \_\_\_\_\_, Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Institui a Política Distrital para a integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção.** Lei nº 4.317/2009. Brasília-2009.
- \_\_\_\_\_, Plano Nacional de Educação. **Lei 010172, de 09 de janeiro de 2001.** Brasília-2001.
- \_\_\_\_\_, Presidência da República. Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/1990. Brasília:1990.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 3.ed. são Paulo: Cortez, 1998.
- COLL, Cesar, Álvaro Marchesi e Jesus palácios. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais vol.3;**trad. Fatima Murad. 2 ed. – porto Alegre: Artmed, 2004.
- CRESWELL, Johnw. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto;** trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artemed,2007.
- DESSEN, Maria Auxiliadora and Polônia, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos do desenvolvimento humano.** Paidéia( Ribeirão Preto) v.17 n 36. Ribeirão Preto. Jan/abr.2007.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo, Marly Guimarães. **Educação Inclusiva;**Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso.** São Paulo. Atlas, 2009.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação;** trad. Marcel Aristide Ferrada Silva- são Paulo: Cengage Learning,2010.
- GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita do sujeito surdo.** São Paulo:Plexus,2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. Ed. São Paulo . Atlas, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: Historia e Políticas Públicas- 5**. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVOA, Antonio, **Os professores e sua formação**. 2.ed. Lisboa- Portugal: Dom Quixote,1995.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação para surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

REGO, Tereza Cristina. **Vygostky: uma perspectiva histórico cultural da educação**. Petrópolis, **RJ: Vozes, 1995**.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: Aspectos e Implicações Neurolinguísticas**. São Paulo : Plexus, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do Pensamento e da linguagem**. Martins Fontes. São Paulo, 2000.

## ANEXOS

### I - CARTA DE APRESENTAÇÃO – ESCOLA



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola....

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e  
Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (pólos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilândia). Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

È requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem

envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. .... DEM datado de **28/10/2010**, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº. ....

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Luciene Rodrigues pais de Sousa sob orientação, Raquel Gomes Pinto cujo tema é: Interação Família-Escola na Inclusão do Deficiente Auditivo.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails: [lucienepsousa@gmail.com.br](mailto:lucienepsousa@gmail.com.br).

Atenciosamente,

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e  
Inclusão Escolar

## II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão



Professor (a)

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre a Interação Família-Escola na Inclusão do Deficiente Auditivo. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa: observações em sala de aula, recreação aplicação de questionário com questões abertas ao professor e a família. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone ... ou no endereço eletrônico [lucienepsousa@gmail.com.br](mailto:lucienepsousa@gmail.com.br) Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da  
 UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão



Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Interação Família – Escola no Processo de Inclusão do Deficiente Auditivo. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa observações da criança em sala de aula, recreação, entrevista com a família e ainda entrevista com o professor. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo. Para isso, solicito sua autorização para que seu (sua) filho (a) participe do estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Seu (sua) filho (a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu (sua) filho (a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (61) ou no endereço eletrônico [lucienepsousa@gmail.com.br](mailto:lucienepsousa@gmail.com.br) Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação e Inclusão  
 UAB – UnB

---

Sim, autorizo a participação de meu(minha) filho(a) \_\_\_\_\_

neste estudo.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### IV - ROTEIRO DE ENTEVISTA COM OS PAIS

##### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS

Escola:		
Nome:		
Série:	Turno:	Professor:
Pai:		Mãe:
Endereço:		Tel.:

Fale um pouco do seu filho:

O que a (o) preocupa com relação à criança?

#### HISTÓRICO ANTERIOR

Ficou grávida com quantos anos?
Gravidez planejada?
Fez pré-natal?
Teve ameaça de aborto?
Problemas na gravidez?
O parto foi?
Nasceu normal?
A criança chorou?

#### DESENVOLVIMENTO

Alimentação Natural até?
Com que idade andou?
Doenças ocorridas na infância?
Tomou remédios controlados?
Adquiriu controle esfinteriano com?
Sabe se cuidar sozinho?

Como é o sono?
----------------

**RELACIONAMENTO SOCIAL**

Faz amizades com facilidades?
-------------------------------

Gosta de brincar com outras crianças?
---------------------------------------

**RELACIONAMENTO FAMILIAR**

Como é o relacionamento da criança com os pais?
---

E com os irmãos? Quantos tem?
-------------------------------

Gosta de passear com a família?
---------------------------------

Quantas pessoas moram no mesmo local?
---------------------------------------

Como é o relacionamento dos pais?
-----------------------------------

**VIDA ESCOLAR**

Com quantos anos entrou na escola?
------------------------------------

Gosta da escola?
------------------

Como é o relacionamento com o professor?
--

E com os colegas?
-------------------

Faz as tarefas sozinho?
-------------------------

**OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A CRIANÇA**


**ASSINATURAS**

Responsável pelas informações:
--------------------------------

Grau de parentesco:
---------------------

Responsável pela entrevista:
------------------------------

Função:
---------

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**ROTEIRO DE PESQUISA DE ENTREVISTA COM A FAMÍLIA**

1. Quais as dificuldades encontradas pela família para lidar com o filho?

---

---

---

2. Como você observou a adaptação do seu filho?

---

---

---

3. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas na escola para a inclusão do seu filho?

---

---

---

4. Como você observou a adaptação do seu filho na sala de aula?

---

---

---

5. Para você mãe, como a escola deveria proceder com seu filho?

---

---

---

6. Você participa dos eventos comemorativos, reunião de pais, palestras promovidos pela escola?

---

---

---

7. Em algum momento a professora solicitou sua ajuda com relação ao filho na escola? Quando?

---

---

---

**V - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR****ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O PROFESSOR**

1) Qual a sua reação quando recebeu a notícia que a turma teria um aluno surdo?

---

---

---

2) Recebeu formação acadêmica para trabalhar com necessidade educacional especial? E como avalia esta formação?

---

3) Qual a sua concepção de inclusão?

---

---

4) Como você está trabalhando com essa criança? Obtém os resultados que espera? Quais suas dificuldades?

---

---

---

5) A família tem contribuído com a inclusão do aluno no ambiente escolar?

---

---

---

6) Quem orienta seu trabalho com o aluno deficiente auditivo? Quem poderia orientar?

---

---

---

7) A escola disponibiliza de recursos materiais para facilitar a aprendizagem do aluno deficiente auditivo? Quais? Quais faltam?

---

8) Qual recurso utilizado para comunicação com o aluno? Qual seria o ideal, em sua opinião?

---

---

9) Como o aluno se relaciona com as demais crianças na sala de aula e na recreação coletiva?

---

---

10) Você fez algum curso de formação continuada ou capacitação profissional para atuar com a criança deficiente auditivo?

**VI - REGISTRO DE OBSERVAÇÃO****REGISTRO DE OBSERVAÇÃO**

Escola: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

Turma: \_\_\_\_\_

Turno: \_\_\_\_\_

Nº. de alunos: \_\_\_\_\_

Meninos: \_\_\_\_\_

Meninas: \_\_\_\_\_

Nº. da Observação: \_\_\_\_\_

<b>Descrição do ambiente físico</b>	<b>Relato do ambiente social</b>	<b>Sistema de sinais e abreviações</b>

Registro detalhado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Comentários: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

